



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





SME ARRAIAL DO CABO – RJ

**SME ARRAIAL DO CABO - PREFEITURA DE
ARRAIAL DO CABO - RIO DE JANEIRO - RJ**

Professor Docente II

EDITAL NO 01/2025

**CÓD: OP-003AG-25
7908403578535**

COMO ACESSAR O SEU BÔNUS

Se você comprou essa apostila em nosso site, o bônus já está liberado na sua área do cliente. Basta fazer login com seus dados e aproveitas.

Mas caso você não tenha comprado no nosso site, siga os passos abaixo para ter acesso ao bônus:



Acesse o endereço apostilasopcao.com.br/bonus.



Digite o código que se encontra atrás da apostila (conforme foto ao lado).



Siga os passos para realizar um breve cadastro e acessar o bônus.



COMO SE PREPARAR PARA A PROVA

Preparar-se adequadamente para o dia da prova é essencial para garantir que todo o seu esforço de estudo seja recompensado. Esta seção foi desenvolvida para orientá-lo nos passos práticos e imediatos que devem ser tomados nas semanas e dias que antecedem o exame, garantindo que você chegue ao dia da prova com confiança e tranquilidade.

Revisão Final

A revisão final é crucial para consolidar o conhecimento adquirido ao longo da sua preparação. Aqui estão algumas dicas para maximizar sua eficiência nas semanas e dias que antecedem a prova:



> **Priorização de Tópicos:** Foque nos tópicos mais importantes e que você considera mais desafiadores. Use resumos e questões comentadas para revisar os pontos principais e garantir que esses tópicos estejam frescos na sua memória.



> **Resumos e Questões Comentadas:** Utilize resumos para relemburar os conceitos essenciais e faça questões comentadas para se familiarizar com o estilo de perguntas da banca. Isso ajudará a reforçar o conteúdo e a identificar possíveis dúvidas que ainda precisam ser resolvidas.

Técnicas de Prova

No dia da prova, a forma como você administra seu tempo e lida com as questões pode fazer toda a diferença. Abaixo, algumas estratégias para otimizar seu desempenho:



> **Gestão do Tempo Durante a Prova:** Divida o tempo disponível de acordo com a quantidade de questões e o nível de dificuldade. Comece pelas questões que você tem mais certeza, e deixe as mais difíceis para o final.



> **Lidando com Questões Difíceis:** Se você encontrar uma questão muito difícil, não perca tempo nela. Marque-a para revisar depois e siga em frente com as demais. Isso evita o desgaste mental e garante que você responda o máximo de questões possíveis.



> **Leitura Atenta das Instruções:** Sempre leia com atenção as instruções de cada seção da prova. Isso evitará erros que podem ser facilmente evitados, como marcar a alternativa errada ou não observar uma regra específica da prova.

Simulados e Prática

Os simulados são uma ferramenta poderosa para testar seus conhecimentos e preparar-se para as condições reais da prova:



> **Simulações Realistas:** Faça simulados em um ambiente silencioso e sem interrupções, respeitando o tempo limite da prova real. Isso ajudará a criar uma rotina e reduzirá o nervosismo no dia do exame.



> **Avaliação de Desempenho:** Após cada simulado, avalie seu desempenho e identifique áreas que precisam de mais atenção. Refaça questões que você errou e revise os conceitos relacionados.

Preparação Física e Mental

Estar fisicamente e mentalmente preparado é tão importante quanto o conhecimento adquirido:



> **Alimentação e Hidratação:** Nas semanas que antecedem a prova, mantenha uma dieta equilibrada e beba bastante água. Evite alimentos pesados ou que possam causar desconforto no dia da prova.



> **Sono e Descanso:** Durma bem na noite anterior à prova. O descanso adequado é crucial para que seu cérebro funcione de maneira eficiente. Evite estudar até tarde na véspera do exame.



> **Calma e Foco:** No dia da prova, mantenha a calma e o foco. Pratique exercícios de respiração profunda para controlar a ansiedade e visualize-se fazendo a prova com sucesso.

Checklist de Última Hora

No dia da prova, é importante estar bem preparado e evitar surpresas desagradáveis. Aqui está um checklist de itens essenciais:



> **Documentos Necessários:** Certifique-se de que você está levando todos os documentos exigidos pela banca organizadora, como RG, CPF, ou outro documento oficial com foto.



> **Materiais Permitidos:** Leve apenas os materiais permitidos, como caneta preta ou azul, lápis e borracha. Verifique se todos estão em boas condições de uso.



> **Confirmação do Local da Prova:** Revise o endereço e o horário da prova. Planeje sua rota e saia com antecedência para evitar imprevistos.



> **Alimentos Leves:** Leve um lanche leve e água para consumir durante a prova, se permitido. Opte por alimentos que ajudem a manter a energia e a concentração, como frutas secas ou barras de cereais.



Apostilas Opção, a Opção certa para a sua realização.



Este material está de acordo com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Todos os direitos são reservados à Editora Opção, conforme a Lei de Direitos Autorais (Lei Nº 9.610/98). A venda e reprodução em qualquer meio, seja eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação ou outro, são proibidas sem a permissão prévia da Editora Opção.

**PIRATARIA
É CRIME**

Língua Portuguesa

1. Leitura e compreensão de textos variados; Relação entre as partes do texto: causa consequência comparação, conclusão, exemplificação, generalização, particularização	7
2. Modos de organização do discurso: descritivo, narrativo, argumentativo, injuntivo, expositivo e dissertativo; Gêneros do discurso: definição, reconhecimento dos elementos básicos	14
3. Coesão e coerência: mecanismos, efeitos de sentido no texto	22
4. Conectivos: classificação, uso, efeitos de sentido	23
5. Estrutura, classificação e formação de palavras	24
6. Funções e classes de palavras; Verbos: pessoa, número, tempo e modo; Vozes verbais; Transitividade verbal e nominal; Flexão nominal e verbal	25
7. Regência verbal e nominal	32
8. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação	33
9. Figuras de linguagem	35
10. Funções da linguagem	38
11. Sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos	40
12. Acentuação gráfica	41
13. Pontuação: regras e efeitos de sentido; Recursos gráficos: regras, efeitos de sentido	42
14. Sintaxe do Período Simples; Coordenação e subordinação	43
15. Crase	47
16. Ortografia	47

Legislação

1. Lei Orgânica Municipal	59
2. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arraial do Cabo	82
3. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069/90	105
4. Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei Federal nº 9.394/96	144
5. Lei Brasileira de Inclusão - Lei Federal nº 13.146/15	163
6. Plano Nacional de Educação - Lei Federal nº 13.005/14	181
7. Base Nacional Comum Curricular	183
8. Plano Municipal de Educação de Arraial do Cabo/RJ	224
9. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica	224
10. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Resolução nº 1/2024	225
11. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	226
12. Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos	226
13. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos	230

Conhecimentos Específicos

Professor Docente II

1. Teoria de Aprendizagem; Desenvolvimento da criança (cognitivo, afetivo, motor e perceptivo).....	243
2. Avaliação 248	248
3. Planejamento.....	251
4. Prática pedagógica e o processo de construção do conhecimento	253
5. Interdisciplinaridade e projetos	254
6. Democratização da Escola Pública	259
7. Nova tendência e competência	264
8. Projeto Político Pedagógico	266
9. Educação Inclusiva	268
10. Atendimento educacional aos alunos com deficiência	274
11. Bullying	275
12. Currículo na perspectiva da Inclusão/currículo adaptado	276
13. Teorias do Currículo	276
14. Recursos de Ensino	278
15. História da Educação.....	283
16. Aspectos filosóficos, psicológicos e sociológicos da Educação	289
17. Sistema Nacional de Educação Básica.....	295
18. IDEB.....	302
19. Distúrbios da Aprendizagem.....	313
20. Noções de Meio Ambiente, Ética, Saúde e Pluralidade Cultural.....	314
21. Constituição Federal	321
22. Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei Federal nº 9.394/96	324
23. Plano Nacional de Educação - Lei Federal nº 13.005/14.....	324
24. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069/90.....	324
25. Lei Brasileira de Inclusão - Lei Federal nº 13.146/15	324
26. Base Nacional Comum Curricular	324
27. Plano Municipal de Educação de Arraial do Cabo/RJ e Atribuições do cargo de Professor B (Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental)	324
28. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	324

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS VARIADOS; RELAÇÃO ENTRE AS PARTES DO TEXTO: CAUSA, CONSEQUÊNCIA, COMPARAÇÃO, CONCLUSÃO, EXEMPLIFICAÇÃO, GENERALIZAÇÃO, PARTICULARIZAÇÃO

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

— Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

— Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como "O Bicho", ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como "A Hora e a Vez de Augusto Matraga", de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os

elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para aprofundar o enredo.

— Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

— Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

- Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua compreensão e de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

- Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

- Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto

de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever a atrocidade da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

- Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

- Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. **Título e Introdução:** Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. **Linguagem e Tom:** A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

– Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

— Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve sua ideia com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

– Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

– Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, leva o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

Exemplo indutivo: “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

– Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.
- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.
- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

– Exemplos Práticos de Argumentação

- Texto Argumentativo (Artigo de Opinião): Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- Texto Literário: Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

– Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

1. **Avalie a pertinência dos argumentos:** Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?
2. **Verifique a solidez da lógica:** O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?
3. **Observe a diversidade de fontes:** O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?
4. **Considere os contra-argumentos:** O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

– Elementos de Coesão

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

A coesão textual pode ser alcançada por meio de diversos mecanismos, como o uso de conectivos, pronomes, elipses e sinônimos, que evitam repetições desnecessárias e facilitam a transição entre as ideias. Em textos argumentativos e dissertativos, esses elementos desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento da argumentação.

LEGISLAÇÃO

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

NÓS, Vereadores do Município de Arraial do Cabo, no pleno exercício dos poderes outorgados pelo artigo 21 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, promulgada em 05 de outubro de 1989, reunidos em Sessões Plenárias e exercendo nossos mandatos, em perfeito acordo com a vontade política dos cidadãos deste Município, quanto à necessidade de assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, o meio ambiente saudável, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, dentro dos limites outorgados pelos princípios constitucionais, promulgamos sob a proteção de Deus, a presente Lei Orgânica do município de Arraial do Cabo.

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º - O povo é o sujeito da vida Política e da História do Município de Arraial do Cabo.

Art. 2º - Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Lei Orgânica.

Art. 3º - A soberania popular se manifesta quando a todos são asseguradas as condições dignas de existência e será exercida

I- pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto com valor igual para todos;

II- pelo referendo;

III- pelo plebiscito;

IV- pela iniciativa popular no processo legislativo;

V- pela ação fiscalizadora sobre a administração pública.

Art. 4º - O Município de Arraial do Cabo é o instrumento e a mediação da soberania de sua população e de sua forma individual de expressão e cidadania, e será administrado:

I- com transparência de seus atos e ações;

II- com moralidade;

III- com descentralização administrativa;

Art. 5º - O Município de Arraial do Cabo rege-se por esta Lei Orgânica e pelas Leis que adotar, observados os princípios constitucionais da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 6º - O Município de Arraial do Cabo integrantes com seus Distritos, do Estado do Rio de Janeiro, proclama e se compromete a assegurar em seu território os valores que fundamentam a existência e a organização do Estado Brasileiro.

Art. 7º - São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Art. 8º - É assegurado a todo habitante do Município de Arraial do Cabo todos direitos, garantias individuais e coletivas constantes na Constituição Federal, na Constituição Estadual e nesta Lei Orgânica.

Art. 9º - Ninguém será discriminado, prejudicado ou privilegiado em razão do nascimento, idade, etnia, raça, cor, sexo, orientação sexual, estado civil, trabalho rural ou urbano, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental, por ter cumprido pena, nem por qualquer particularidade ou condição social.

Art. 10 - O Município estabelecerá, em lei, dentro de seu âmbito de competência, sanções de natureza administrativa para quem descumprir o disposto no artigo anterior.

CAPÍTULO I SEÇÃO I DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Art. 11 - O Município garantirá a criação e manutenção de abrigos para acolhimento provisório de mulheres e seus dependentes, vítimas de violência, bem como auxílio para subsistência, vinculados aos Centros de Atendimento Integral à Mulher, na forma da lei.

Art. 12 - O Município instituirá Centros de Atendimento Integral à Mulher, nos quais será prestada assistência médica, psicológica e jurídica à mulher e a seus filhos, devendo o corpo funcional ser composto por servidores do sexo feminino, com formação profissional específica nos termos da Lei.

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 13 - A organização político-administrativa do Município de Arraial do Cabo compreende a Sede e seus Distritos.

§ 1º - Os limites do território do Município só podem ser alterados por lei estadual, e ainda em função de requisitos estabelecidos em lei complementar estadual, consultada previamente, através de plebiscito, a população.

§ 2º - Poderão ser criados, organizados e suprimidos Distritos, por lei municipal, observada a legislação estadual pertinente.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 14 – Compete ao Município prover a tudo que to res-
peite no seu interesse local, tendo como objetivo o pleno desen-
volvimento de suas funções sociais e garantindo o bem-estar de
seus habitantes.

Art. 15 – Ao Município compete privativamente:

I– elaborar o orçamento, prevendo a receita e fixando a des-
pesa, com base em planejamento adequado;

II– instituir e arrecadar os tributos de sua competência, fixar
e cobrar preços, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da
obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos pra-
zos fixados em lei;

III– organizar e prestar, prioritariamente por administração
direta ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços pú-
blicos de interesse local, inclusive o de transporte coletivo, que
tem caráter essencial;

IV– organizar o quadro e estabelecer o regime de seus ser-
vidores;

V– dispor sobre a administração, utilização e alienação de
seus bens;

VI– adquirir bens, inclusive mediante desapropriação por
necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social;

VII– dispor sobre concessão, permissão ou autorização de
serviços públicos locais;

VIII– elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integra-
do;

IX– estabelecer normas de edificação, de loteamento, de
arruamento e de zoneamento urbano, bem como as limitações
urbanísticas convenientes à ordenação de seu território;

X– estabelecer servidões necessárias ao interesse público;

XI– promover adequado ordenamento territorial, mediante
planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação
do solo urbano;

XII– criar, organizar e suprimir distritos, observando a legis-
lação estadual;

XIII– participar de entidade que congregue outros municí-
pios integrados à mesma região metropolitana na forma estabe-
lecida em lei;

XIV– integrar consórcio com outros municípios para solução
de problemas comuns;

XV– regulamentar a utilização dos logradouros públicos e es-
pecialmente, o perímetro urbano:

a) determinar o itinerário e os pontos de parada dos trans-
portes coletivos;

b) fixar os locais de estabelecimento de táxis e demais veí-
culos;

c) conceder, permitir ou autorizar serviços de transportes co-
letivos e de táxis e fixar as tarifas dos respectivos serviços;

d) fixar e sinalizar os limites das “zonas de silêncio” e de trâ-
nsito e tráfego em condições especiais;

e) disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonela-
gem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas
municipais;

XVI– sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem
como regulamentar e fiscalizar a sua utilização;

XVII– prover sobre limpeza das vias e logradouros públicos,
remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de
qualquer natureza;

XVIII– ordenar as atividades urbanas, fixando condições e
horário para funcionamento de estabelecimentos industriais, co-
merciais e similares, observadas as normas federais e estaduais
pertinentes;

XIX– dispor sobre serviço funerário e cemitérios, encarre-
gando-se da administração daqueles que forem públicos e fisca-
lizando os pertencentes a entidades privadas;

XX– regulamentar, autorizar e fiscalizar a afixação de carta-
zes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios
de publicidade e propaganda nos locais sujeitos ao poder de po-
licia municipal;

XXI– estabelecer e impor penalidades por infração de suas
leis e regulamentos;

XXII– dispor sobre registro, vacinação e captura de animais;

XXIII– dispor sobre depósito e venda de animais e mercado-
rias apreendidas em decorrência de transgressão de legislação
municipal.

Art. 16 – Ao Município compete, concorrentemente:

I– promover a proteção do patrimônio histórico, cultural e
natural local, observada a legislação e ação fiscalizadora federal
e municipal;

II– promover a proteção do meio ambiente local, observada
a legislação e ação fiscalizadora federal, estadual e municipal;

III– promover e executar programas de construção de mora-
dias populares e garantir, em nível compatível com a dignidade
humana, condições habitacionais, saneamento básico e acesso
ao esporte;

IV– promover a educação, a cultura, esporte, lazer e a assis-
tência social; V – zelar pela saúde e higiene;

VI– conceder licença ou autorização para abertura e funcio-
namento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares;

VII– fiscalizar, nos locais de venda direta ao consumidor, as
condições sanitárias dos gêneros alimentícios;

VIII– fazer cessar, no exercício do poder de polícia adminis-
trativa, as atividades que violem as normas de saúde, sossego,
higiene, segurança, funcionalidade, estética, moralidade e outras
de interesse da coletividade;

IX– conceder licença, autorização ou permissão e respecti-
va renovação ou prorrogação para exploração de portos de areia
e pedreiras, desde que apresentados laudos ou parecer técnico
dos órgãos competentes;

X– promover o desenvolvimento das atividades pesqueiras
na zona urbana do Município;

XI– criar os mecanismos de proteção e preservação de áreas
ocupadas por comunidades e de pescadores;

XII– promover os meios necessários para evitar a pesca pre-
datória;

XIII– disciplinar as atividades turísticas compatibilizando-as
com a preservação de suas paisagens e dos recursos naturais;

XIV– garantir a limpeza e a qualidade da areia e das águas
das praias, a integridade da paisagem natural e o direito ao sol.

Art. 17 – Compete ao Município, suplementarmente, insti-
tuir, conforme Lei Guarda Municipal Especializada, que faça uso
de armas, destinadas a:

a) Proteger seus bens, serviços e instalações;

b) Organizar, dirigir e fiscalizar o tráfego de veículos em seu
território;

c) Zelar pela segurança da população. (Redação dada pela
Emenda Nº 010/2022)

Art. 18 – A Guarda Municipal, referida no inciso I, art. 17, contará com um corpo especializado de proteção ecológica e ambiental para a proteção do patrimônio material, histórico, arqueológico, cultural, ecológico, natural e paisagístico do município.

Parágrafo Único – Incluem-se no patrimônio referido neste artigo os monumentos, praças e jardins, parques municipais, reservas biológicas, estações e reservas ecológicas, vigias, pesqueiros, unidades escolares, unidades de saúde, e equipamentos de esporte, lazer e cultura do município.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19 – Não haverá limite máximo de idade para inscrição em concurso público, constituindo-se em requisito de acessibilidade ao cargo ou emprego, a possibilidade de permanência por 5 anos no seu efetivo exercício.

Art. 20 – A lei reservará percentual dos cargos ou empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência definirá os critérios de sua admissão, ouvidas as instituições afins.

Art. 21 – O Executivo deverá ceder, no prazo máximo de 6 meses, após a promulgação desta lei, espaço físico permanente para o escotismo do município.

Parágrafo Único – O espaço, cedido pela Prefeitura, será de acordo com as necessidades reais do escotismo no município; para isto o Poder Executivo ouvirá os chefes responsáveis pelo movimento.

Art. 22 – É vedada a concessão para tornar particular qualquer praia do Município de Arraial do Cabo.

Art. 23 – A administração pública direta ou indireta do Município obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, transparência, participação popular, bem como demais princípios constantes na Constituição Federal e Estadual.

Art. 24 – A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas da administração pública direta, indireta, fundações e órgãos controlados pelo Poder Público, ainda que custeadas por entidades privadas, deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.

§ 1º – É vedada a utilização de nomes, símbolos, sons e imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º – A publicidade a que se refere este artigo somente poderá ser realizada após aprovação pela Câmara Municipal do plano anual de publicidade, que conterá previsão dos seus custos e objetivos, na forma da lei.

§ 3º – A veiculação da publicidade a que se refere este artigo é restrita ao território do município, exceto aquelas inseridas em órgãos de comunicação de circulação nacional.

§ 4º – O Poder Executivo prestará contas mensalmente ao Poder Legislativo dos gastos publicitários da administração direta, indireta, fundações e órgãos controlados pelo Poder Público, publicando os respectivos relatórios em Diário Oficial do Município com a indicação das agências de publicidade contratadas, os meios de comunicação social ou outros recursos de propaganda utilizados, bem como os valores pagos a cada um.

§ 5º – As empresas com participação no município que sofrem concorrência de mercado deverão restringir sua publicidade ao seu objetivo social, não estando sujeitas ao que é determinado nos parágrafos segundo e terceiro neste artigo.

§ 6º – Verificada a violação ao disposto deste artigo, caberá a Câmara Municipal, por maioria absoluta, determinar a suspensão imediata da propaganda e da publicidade.

§ 7º – O não cumprimento do disposto neste artigo implicará crime de responsabilidade, sem prejuízo da suspensão e da instauração imediata de procedimento administrativo para sua punição.

SEÇÃO I

DA ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 25 – São organismos de cooperação com o Poder Público o Conselho Municipal e demais Entidades representativas da sociedade civil, constituídas na forma da Lei, que realizem sem fins lucrativos atividades setoriais de interesse público.

Art. 26 – O município poderá, a pedido do Ministério dos municípios e com função descentralizadora dividir-se territorialmente e administrativamente em subprefeituras, administrações regionais ou distritais.

SEÇÃO II

DO CONTROLE ADMINISTRATIVO

Art. 27 – O controle dos atos administrativos do município será exercido pelo Poder Legislativo, pelo Ministério Público, pela sociedade, pela própria administração e, no que couber, pelo Tribunal de Contas e pelo Conselho Estadual de Contas dos Municípios.

Parágrafo Único – Haverá uma instância colegiada administrativa para dirimir controvérsias entre o município e seus servidores públicos civis.

SEÇÃO III

DO SERVIDOR PÚBLICO

Art. 28 – O município instituirá regime jurídico único para os servidores da administração pública direta e indireta.

Art. 29 – O município deverá instituir estatutos e planos de carreira para os servidores da administração pública direta e indireta com a participação de entidades representativas desses trabalhadores, garantindo:

I – piso salarial único, de acordo com o cargo e função mesmo sendo Celetista, Estatutário ou Efetivo;

II – proventos de aposentadoria revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividades sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria;

III – concurso público para o provimento de cargos;

IV – estabilidade no emprego, independente do regime jurídico, sendo vedada a dispensa imotivada;

V – o pagamento de vale-transporte aos servidores que trabalhem em local onde há transporte coletivo freqüente ou o oferecimento de transporte especial ao servidor que trabalhe em locais de difícil acesso.

Art. 30 – A lei assegurará aos servidores da administração direta e indireta, isonomia de vencimentos para cargos, empregos e atribuições iguais ou semelhantes de mesmo poder, para servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

Art. 31 – Aplica-se aos servidores municipais o disposto no artigo 83 da Constituição Estadual, podendo os sindicatos dos servidores estabelecer, mediante acordo ou convenção sistema de compensação de horários, bem como redução de jornada de trabalho.

Art. 32 – É obrigatória a fixação de quadro de lotação numérica de cargos ou empregos e funções, com o que não será permitida a nomeação ou contratação de servidores.

Art. 33 – Nenhum servidor poderá ser diretor ou integrar conselho de empresa fornecedora, ou que realize qualquer modalidade de contrato com o município, sob pena de demissão no serviço público.

Art. 34 – A lei fixará os vencimentos dos servidores públicos, sendo garantido:

I – data-base em primeiro de maio e primeiro de novembro.

II – Adicional de 5% por tempo de serviço sempre concedido por triênios, bem como a 6ª (Sexta) parte dos vencimentos integrais, concedida após 25 (Vinte e Cinco) anos ou de efetivo exercício que serão incorporados os vencimentos para todos os efeitos da sua aposentadoria, garantido o direito de recebimento de aludida 6ª (Sexta) parte aos servidores que já contarem o tempo para recebimento da mesma;

(Redação dada pela Emenda 001/2004)

III – O pagamento dos servidores até o 5º (quinto) dia útil de cada mês impreterivelmente.

§ 1º – É vedada a concessão de gratificações, adicionais ou quaisquer vantagens pecuniárias por decreto ou por qualquer ato administrativo.

§ 2º – É vedada a participação dos servidores públicos municipais no produto da arrecadação de tributo, multas, inclusive os da Dívida Ativa, a qualquer título.

Art. 35 – É garantido ao servidor público municipal o direito à livre associação sindical, observado, no que couber, o disposto no artigo 8.º (oitavo) da Constituição da República.

Art. 36 – Fica assegurado ao servidor eleito para sindicato, confederação, federação e/ou associação de classe, de âmbito municipal, estadual ou nacional, como se em exercício estivesse, de acordo com os seguintes critérios:

I – em se tratando de mandato eletivo de presidente, fica assegurado o direito de licença independente do número de filiados/associados; (artigo alterado pela Emenda à lei Orgânica nº 02/2008, de 31/12/08).

II – a partir de 100 (cem) a 199 filiados/associados mais um servidor eleito fará jus à licença, seguindo-se a mesma proporcionalidade até um limite de 04 (quatro) servidores, incluindo-se, nesse caso, o presidente. (artigo alterado pela Emenda à lei Orgânica nº 02/2008, de 31/12/08).

Art. 37 – O desconto em folha de pagamento, pelos órgãos competentes de administração pública municipal, dos Poderes Executivo e Legislativo é facultativo ao servidor municipal em favor da entidade de classe, sem fins lucrativos, devidamente constituída e registrada, desde que expressamente autorizado pelo servidor público municipal filiado a Entidade Sindical.

(Redação dada pela Emenda 001/2004)

Parágrafo Único – As contribuições em favor das entidades a que se refere este artigo serão creditadas no prazo máximo de três dias úteis.

Art. 38 – O servidor municipal eleito para a diretoria de sindicato não poderá ser despedido, salvo por falta grave e devidamente apurada em inquérito administrativo, desde o momento de sua candidatura até dois anos após o término do mandato, nem transferido para lugar ou mister que lhe dificulte ou torne impossível o desempenho de suas atribuições.

Art. 39 – Ao servidor municipal em mandato eletivo aplica-se o disposto no artigo 87 (oitenta e sete) da Constituição Estadual.

Art. 40 – Ao servidor público municipal, no que se refere à aposentadoria, aplica-se o disposto no artigo 89 (oitenta e nove) da Constituição Estadual, sem prejuízo dos benefícios instituídos em estatutos.

Art. 41 – São estáveis após aprovação do estágio probatório que terá a duração de 03 (três) anos.

§ 1º – O servidor público em estágio probatório, será avaliado por lei específica que regulamentará a matéria.

(Redação dada pela Emenda 001/2004)

§ 2º – Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º – Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 42 – Fica assegurada a Licença-Prêmio ao servidor público municipal:

municipal:

I – em cada 5 anos de serviço, fica assegurada a Licença-Prêmio de 3 meses;

II – em cada 10 anos de serviço, fica assegurada a Licença-Prêmio de 6 meses.

Parágrafo Único – O período de Licença-Prêmio não gozada, será computado em dobro para efeito de aposentadoria.

Art. 43 – Será assegurada a todo servidor público municipal o direito à licença sem vencimentos, após conclusão de estágio probatório e sua efetivação no cargo

(Redação dada pela Emenda 001/2004)

Art. 44 – Fica assegurado ao servidor público municipal, o abono mensal de 01(um) dia, a todo aquele que não tiver nenhuma falta durante o mês (em forma de licença)

I – não chegar atrasado;

II – o abono que trata esse artigo não será cumulativo.

III – não tiver licença médica no mês.

Parágrafo Único – O dia a ser folgado fica a escolha do servidor. (Redação dada pela Emenda 001/2004)

Art. 45 – O município proporcionará aos servidores, homens e mulheres, oportunidades adequadas de crescimento profissional através de programas de formação de mão-de-obra, aperfeiçoamento e reciclagem.

Art. 46 – O município garantirá proteção especial à servidora pública gestante, adequando ou mudando temporariamente suas funções, nos tipos de trabalho comprovadamente prejudiciais à sua saúde e à do nascituro, sem que disso decorra qualquer ônus posterior para o município.